



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

ATA n.º 012/2019

Ata da décima primeira sessão ordinária da Câmara Municipal de Inácio Martins, realizada no dia nove de abril de 2019. Iniciando o **EXPEDIENTE** foi lida e aprovada a Ata da sessão ordinária do dia dois de abril, aprovada com todos os votos. Em seguida, foi lido o Projeto de Lei 009/2019 do Executivo, sobre a cessão de servidores municipais para outros órgãos ou entidades públicas, encaminhado para as Comissões Permanentes. Na **TRIBUNA** o Vereador **JORGE BOEIRA** comentou o Decreto baixado pelo executivo proibindo o tráfego de veículos nos dias de chuva no município. Disse que em parte, por mais que esse Decreto fosse inconstitucional podia concordar, mas questionou que o município de Inácio Martins era muito chuvoso; que nos meses de janeiro e fevereiro praticamente choveu o mês inteiro; que tinham empresas dentro do município que se ficasse um dia sem transportar madeira para dentro dessas empresas teriam que parar perguntado se, caso parasse esse transporte por dois meses, empresas como Cavassin Madeiras, Madepar; a laminadora Lamipinus e a empresa do Rozemir Vaz continuariam tocando suas empresas, sendo a pergunta que deixava se a prefeitura tinha a capacidade de gerar todos os empregos que essas empresas mantinham no município onde a economia girava em torno do setor madeireiro, sendo perguntas que gostaria de saber do executivo se estava pensando mesmo em defender as estradas e não estaria cumprindo com seu dever e suas obrigações que era de arrumar as estradas. Lembrou que no último ano da primeira gestão do atual prefeito andava pelos quatro cantos do município e em todo canto eram estradas cascalhadas e não existiam estradas ruins questionando se somente no último ano de gestão daria para fazer e nos anos anteriores não dava para manter as estradas boas ou seria falta de gestão e de administração, sendo perguntas que não se calavam. Falou que não deveriam prejudicar as empresas locais e que não estava aqui para defender porque trabalhava transportando madeira, pois se fosse preciso ficar com seu caminhão parado por trinta dias não iria lhe fazer falta, mas perguntava a respeito das empresas locais que estavam extraíndo madeira e precisavam que essa madeira chegasse até os pátios, daí como ficaria a situação, pois se o Decreto era para um, era todos, não afetaria apenas a empresa Araupel que vinha buscar ou só a empresa Klabin, pois para essa se parasse de pegar toras daqui durante um mês não faria diferença nenhuma, pois extraía madeira de quase todos os municípios do Paraná e assim não faria diferença nenhuma. Acrescentou que tinham que pensar algo como o ICM e cobrar algo em torno de um pouco mais para manter as estradas porque as empresas não podiam parar de trabalhar e o município ter equipes de emergência para tapar os buracos nos lugares mais difíceis, mas se deixassem acabar tudo ficaria ainda mais difícil. O Vereador Sidnei Lopes solicitou um aparte e disse que concordava em partes com as colocações do orador e que respeitava a sua opinião, mas vendo vídeos que circulavam nas redes sociais da forma como o pessoal estava trabalhando nas estradas principais, carregando os caminhões



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55



e deixando alunos esperando duas horas dentro de um ônibus e tendo que andar quatro quilômetros a pé para chegar até suas residências perguntando se fosse um filho do orador aplaudiria essa empresa que estava apenas extraindo matéria prima de Inácio Martins e levando para outro município sem deixar nada aqui dentro desse município? Quanto a aumentar as alíquotas comentou que o município não podia; que o ICMS era estadual e a única alíquota que o município poderia aumentar era o ISS que não era gerado por essas empresas; que a madeira sem dúvida fazia falta para as empresas citadas, mas precisavam analisar a forma que estava as arrecadações dos governos estadual e federal, e se as empresas não colaborassem por bem teriam que colaborar por mal, citando o exemplo das pessoas da comunidade do orador, Alemainha, que tinham fechado uma estrada por causa da mesma situação deixando essa pergunta ao orador. De volta com a palavra o Vereador Jorge agradeceu a colaboração do Vereador Sidnei na discussão e voltou a falar que concordava mesmo em algumas partes, mas se a prefeitura tivesse a competência de ter uma equipe de emergência para resolver os problemas mais críticos isso não estaria acontecendo, porque em ano de eleições acontecia tudo questionando novamente se só em ano de eleição a prefeitura tinha competência suficiente para manter o tráfego pesado e dar condições de todos os caminhões trafegarem e em outras épocas não, mas o ano de eleição era interessante para o executivo e para quem fosse candidato e assim não deviam olhar para isso e sim olhar para arrumar uma forma. Quanto aos alunos que teriam ficado parados esperando a liberação da estrada disse ser por incompetência da prefeitura, pois poderiam bem ter mandado uma equipe de emergência até o local e resolvido o problema. Quanto a sua comunidade disse que já fazia dois anos que não passavam máquinas por incompetência. Novamente o Vereador Sidnei entrou na discussão contando que o caminhão citado estava parado no meio da estrada com um trator ao lado onde não passava ônibus e apurado passava uma pessoa a pé e assim não tinha como mandar uma equipe de emergência e o município nem tinha uma equipe de emergência para esse tipo de coisas. O orador ainda disse que isso era um fato que tinha acontecido como poderia também acontecer em uma BR com um caminhão vindo a tombar então, o que precisavam era tomar medidas diferentes; criar equipe de emergência; acompanhar mais os movimentos e que na Alemainha o pessoal fechou a estrada e os madeireiros colaboraram e resolveram o problema, e se dependesse da prefeitura estaria intransitável, pois já fazia dois anos que não tinham a competência de passar máquina nenhuma lá, mas no próximo ano com certeza seriam recuperadas aquelas estradas e muito bem recuperadas. O Vereador **LAURICI** iniciou falando sobre o projeto de lei da APAE que estava em tramite para deixar as representantes da entidade senhoras Joselba Taborda e Silvana Capote, que estavam presentes na sessão, a par da situação contando que antes da sessão tiveram reunião das Comissões Permanentes onde discutiram esse projeto que não tinha vindo instruído de alguns documentos e por decisão dos vereadores que participaram dessa reunião resolveram de levar de volta o projeto ao executivo



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

para o que o Vereador Gilnelson havia se comprometido, e até a próxima semana voltasse instruído para poderem analisar e discutir o mesmo; que deveriam estar votando já na próxima sessão, e pelo que tinham visto era um projeto tranquilo que provavelmente seria aprovado, mas dependia das instruções que estavam faltando no mesmo. Com relação à polêmica levantada em relação ao Decreto n.º 065 que proibia o trânsito de veículos pesados em dias de chuva disse que mesmo respeitando a opinião de todos pares também não concordava com esse decreto e pelo fato de ter crescido no interior sabia das dificuldades do povo do interior, mas não podiam prejudicar uma categoria em detrimento de outras, e precisavam procurar encontrar um meio termo e esse decreto nada mais era do que uma forma de o executivo lavar as mãos e ter para si uma forma de defesa em que tivesse que prestar alguma justificativa ao Ministério Público ou alguma outra coisa dizendo que tinha um decreto e infelizmente os madeireiros não estavam respeitando. Falou que o município não tinha como fiscalizar isso sendo um projeto que na verdade estava no papel, mas na prática não tinha como funcionar e se botassem para funcionar iria prejudicar muitos trabalhadores; que não estava defendendo nenhuma empresa e que não tinha porque defender, pois acreditava que como todos os demais vereadores não tinham recebido nenhum centavo de dinheiro público para suas campanhas para poderem estar hoje no cargo, então não tinha porque fazer essa defesa de madeireiros e empresários, mas pensava em pais de família que de repente poderiam estar sem o seu emprego no caso do cumprimento de um decreto como esse. Encerrou falando que sempre tinha sido muito sensato com relação as cobranças na Tribuna porque já tinha feito parte da gestão anterior como vereador da base e não era porque agora estava na oposição que estaria batendo no executivo sem ter argumentos, mas quanto a esse Decreto achava que o mesmo não ajudaria o município e pelo contrário, atrapalharia, pelos motivos que tinha citado. O Vereador **GILBERTO BELLO** comentou um fato ocorrido no dia anterior quando seu filho e sua nora, alunos do Colégio Parigot, haviam chegado quatro minutos atrasados e foram impedidos de entrar na sala de aula e sua esposa, Ana, teria voltado com os dois até o colégio e falado umas "poucas e boas" para defender o filho. Lembrou que em outra ocasião falou do colégio e na outra sessão os diretores estavam aqui e esperava que estivessem novamente e expôs seu pensamento estando presente na sessão a professora Maria Lucia Franco à qual disse que respeitaria e não iria criticar professores, mas seu pensamento era que, fechar as sete e meia o portão no caso a sua nora amamentava o bebe e como as outras crianças ficariam na rua sendo pré-adolescentes questionando como essas crianças ficariam na rua e quando sua esposa Ana tinha ido até o colégio mais três subiram com seus filhos. Disse que achava muito errado essa decisão que com certeza era da diretoria do colégio e pensava que ao chegar atrasado ao colégio o aluno podia entrar e perder a primeira aula, mas não ficarem na rua, pois sabiam como estavam as ruas para os jovens, pré adolescentes e crianças. Acrescentou que circulando pela manhã pelas ruas via muitas vezes muita meninada e piizada que não entravam no colégio.



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

Lembrou que quando estudava em Ponta Grossa no bairro Oficinas na Escola Jesus Divino Operário, uma escola franciscana onde a diretora era a falecida irmã Maria de Lurdes que ficava na frente do colégio recebendo os alunos e correndo atrás dos que iam gazejar não deixando ninguém ficar de fora por isso tinha ficado indignado com essa situação e também por isso sua esposa Ana tinha falado umas poucas e boas para elas, pois eles não estavam lá, e aí deixaram seu filho entrar, que tinha duas provas nesse dia. Falou que isso acontecia e que tinha chegado apenas quatro minutos atrasado e que achava muito por poucos minutos um aluno ficar fora da sala de aula e achava que deviam recolher o aluno perdendo a primeira aula, e aguardar até iniciar a segunda aula, mas não deixar para fora, deixando esse relato por ser um problema onde poderiam ver muitas crianças com o uniforme do Parigot circulando pelas ruas, principalmente do interior perambulando pelas ruas até o horário do ônibus. Ainda disse que esperava que isso chegasse até o conhecimento dos diretores do colégio Parigot para que viessem até aqui na próxima sessão, conforme aquela vez que tinha comentado sobre um relato que tinham lhe falado, e na outra sessão estavam aqui, não de cara muito amistosa com sua pessoa, então, estava achando errado essa decisão de serem tão rígidos e de não permitir as crianças de entrar dentro da sala de aula. Comentou também a visita que fez nesse dia na escola Luiz Schleder a pedido de um vizinho do lado de baixo, senhor Adeodato Prestes, lembrando que na gestão do prefeito Valdir Cabral foi feito um aterro de quase dois metros de altura junto ao muro desse vizinho e pelo que percebeu ao visitar o local junto com a diretora da escola, pela qual disse ter sido muito bem recebido, e corria um grande risco de tombar aquele muro pondo em risco a vida de alguma pessoa, e que terminando esse muro tinha mais um pedaço de terreno sem muro onde caía água e já tinha uma cratera que estava comprometendo a estrutura do colégio que já estava com a base toda no relento, de um metro e meio aproximadamente. Contou que já tinha feito um ofício ao prefeito pedindo a visita de um engenheiro para solucionar essa situação fazendo um muro ou retirando a terra existente para não forçar um possível desabamento. O Vereador Sidnei Lopes pediu aparte e comentou que já estava anotado para a sua fala nesse dia que também já tinha visitado o local e repassado a situação ao executivo e acreditava que até a próxima semana já deveriam ter início as obras, um muro de arrimo que precisava ser feito dividindo com o senhor Deodato e mais uma parte do muro que precisava ser feita nos fundos. O presidente ainda acrescentou que o vizinho estava bravo com algumas árvores que tinham sido plantadas para fazer sombra nas salas e que as árvores poderiam forçar, mas era preciso esperar as árvores crescerem para ver o que aconteceria, mas um muro de arrimo poderia resolver a situação até quanto a essas árvores. Para encerrar falou também quanto ao Decreto já citado dizendo que era um assunto bem polêmico no qual havia dois lados pois já havia uma escassez de empregos no município e paralisando o transporte de toras com certeza poderia diminuir algum serviço e esse caso da Coloninha podia ser que fosse um caso isolado onde os alunos tiveram mesmo que voltar



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

a pé; que tinha visto as fotos que o prefeito tinha lhe mostrado onde os caminhões que tinha degradado mesmo a estrada e um ônibus zero quilometro, que não tinha nem placa tinha encalhado e foi puxado por um trator, mas era uma situação bem complicada na qual deveriam chegar a um bom senso. Na **ORDEM DO DIA** constou em primeiro turno de votação o Projeto de Lei 07/2019, do Executivo para proibir o tráfego de veículos acima de seis toneladas entre as ruas Benjamin Constant e Tiburcio Cavalcanti, e Genauro Pacheco Gomes desde o portão de entrada do parque de máquinas até a escola Maria Turra. Colocado em discussão o Vereador Sidnei explicou que esse projeto era para ter sido feito há muito tempo quando foi dado início às obras na Rua Rozendo Costa Cristo, mas como não tinha sido formado o Conselho de Trânsito não podiam fazer essa lei. Que depois de aprovada, caso fosse, teriam que reunir o Conselho para definir sobre placas de sinalização e que a Rua Rozendo Costa Cristo era complicada devido ao terreno por isso seria proibido o tráfego ou mesmo a permanência de caminhões de até seis toneladas. Quanto a Rua Genauro Pacheco Gomes que iniciava a proibição a partir do portão do pátio de máquinas da prefeitura até a escola Maria Turra, na Visconde de Guarapuava era devido a essa escola e também da creche. Como vice-presidente desse Conselho contou que as pessoas lhe questionaram sobre carga e descarga comentando que teriam também horários previstos para esse serviço com o tempo regulamentado, porem não poderiam ficar trafegando com os veículos fora desses horários nesses pontos citados na lei. Quanto à Rua Sete de Setembro disse que não podia ser proibido o tráfego na mesma, mas conforme decisão do Conselho seria colocada sinalização nas entradas da cidade, nas Ruas Rozendo Costa Cristo e Tiburcio Cavalcanti informando aos caminhões com cargas pesadas por onde deveriam ir. Comentou também em relação aos caminhões que iriam pesar cargas na balança junto ao parque de máquinas que esse poderiam atravessar a Rua Rozendo Costa Cristo com destino o à Duque de Caxias que seria a via para onde seria direcionado o tráfego de veículos pesados, e que se aprovada essa lei seria marcada uma reunião com o Conselho para ser definida mais alguma coisa com relação a essas ruas como as travessias elevadas para definirem a questão da velocidade de veículos também na Duque de Caxias. O Vereador Laurici comentou que tinha sido questionado por algumas pessoas moradores da Rua Benjamin Constant se o trânsito seria desviado por aquela rua, falando para deixar essa informações de que o trânsito não seria desviado por aquela rua, mas também não estava sendo proibido na mesma, e que com a aprovação dessa lei proibindo o tráfego em parte da Rua Genauro Pacheco Gomes, praticamente travaria o trânsito nessa rua pois os veículos poderiam, no caso, vir até o parque de máquinas na antiga Coamig, pesar as cargas e retornar sentido Rua Duque de Caxias não podendo dar sequência no trecho desde esse local até a escola Maria Turra e assim automaticamente diminuiria bastante o trânsito de caminhões na Benjamin Constant. Citou ainda o fato de que essa a rua era bem frágil com relação ao solo, que era bastante úmido, e caminhões pesados acabavam afetando bastante a condição da rua e



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

causando problemas aos moradores porque o trecho não era pavimentado, e assim achava que iria diminuir o trânsito de caminhões nessa rua, falando para deixar claro às pessoas que lhe indagaram sobre essa situação. O presidente também falou em relação à Rua Rozendo que já tinha sido feita para dificultar o tráfego de caminhões, mas muitos motoristas não respeitavam e ao entrar para a direita ou para a esquerda passavam por cima da calçada e placas de sinalização e já há horas estava guardando esse projeto que era muito importante para começarem a regularizar o trânsito no município preservando a estrutura também da Rua Rozendo Costa Cristo que tinha ficado muito bonita e era uma das ruas mais bonitas da cidade, sendo muito importante esse projeto, além da segurança em frente das escolas. Encerrando a discussão o Vereador Laurici ainda lembrou que esse assunto já tinha sido muitas vezes discutido nessa casa onde inclusive já tinha feito cobranças na Tribuna, por isso tinha vindo em boa hora. Em votação, foi aprovado com todos os votos favoráveis. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **JORGE** falou em relação às suas Indicações de serviço dizendo que deveria ser um problema pessoal do prefeito em relação à sua pessoa, pois até o momento de todas as que apresentou nenhuma tinha sido atendida e assim o prefeito estaria de mal com sua pessoa e todas as comunidades para as quais pedia, pois todos os pedidos feitos eram de necessidade de alguma comunidade e não sua e não era com interesse em favorecer a sua pessoa, mas as comunidades em si. Disse que, o que lhe deixava mais intrigado era que a alguns dias o Vereador Gilnelson tinha falado que já estavam as máquinas no município para resolver uma situação em relação a um buraco junto a travessia elevada na Rua Rozendo Costa Cristo próximo à Vidraçaria Pontes pedindo nesse caso se mais algum vereador pudesse refazer a Indicação, pois talvez assim fosse atendido porque sendo de sua propositura não seria, e assim para ajudar a comunidade e resolver o problema era preciso que alguém fosse até o prefeito e falasse, visto que para sua pessoa não iria resolver. Sobre as estradas da comunidade de Alemainha reafirmou que aquilo era uma vergonha e continuaria sendo. Contou também que tinha sido procurado por um cidadão lhe retratando a vergonha que estava o setor de saúde no município explicando que a reclamação era de que quando um médico pedia um exame esse pedido era encaminhado para uma auditoria para depois verem se seria feito o exame ou não; que em sua opinião era a primeira vez que via uma situação como essa quando o paciente precisaria esperar de trinta a quarenta dias para ser atendido com um exame que o próprio médico tinha pedido, então, se o médico não tivesse a capacidade suficiente de ver se a pessoa estava ou não precisando de um exame nem deveria pedir. Lembrou que já tinha elogiado várias vezes a saúde municipal e que não estava criticando funcionários de forma alguma, que eram eficientes e competentes, mas estava criticando quem tinha mandado fazer isso que em sua opinião era um absurdo. O Vereador **SIDON** também comentou a questão do decreto do prefeito dizendo também que concordava em partes, mas esse decreto não seria uma coisa viável nessa situação, pois se de repente as empresas tivessem que ficar paradas em um tempo chuvoso afetaria a questão



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

de empregos e assim concordava que deveria ser achada outra forma para que as empresas pudessem trabalhar, mas também colaborassem, pois tudo era uma questão de consciência de cada uma das partes, e se uma empresa danificasse a estrada que era um direito de todos a própria empresa colaborasse de alguma forma, financeiramente ou com máquinas na recuperação das estradas, e assim deveria ser melhor avaliada essa situação visto que sabiam que o forte do município era a madeira e com essa decisão o município podia acabar perdendo muito. Em relação às empresas que vinham de fora concordou que as mesmas aproveitavam a situação deixando a desejar e aí todos pagavam pelas consequências, como os alunos que usavam o transporte escolar que em alguns pontos as estradas não davam condições, e assim via que tinha coisas que deviam ser bem avaliadas e não serem tomadas decisões precipitadas que viessem a prejudicar o andamento do município. Também comentou sobre a questão de saúde se solidarizando com o Vereador Jorge contando que esteve nessa semana conversando com funcionários e confirmava a situação relatada pelo Vereador Jorge e inclusive tinha trazido uma pessoa que precisava fazer um exame de sangue e acontecia que estava existindo uma proibição conforme tinha entendido e um médico não poderia dar uma receita ou uma requisição para fazer o exame por ter ido consultar em outro lugar. Disse que os funcionários que conversou não tinham nada a ver e que gostaria de conversar com a Secretária de Saúde, pois deveriam ser tomadas providências nesse sentido; que existia um equívoco, pois sabiam que existiam pessoas que procuravam atendimento em outros hospitais e com outro médico e depois procuravam o município para ter um pequeno auxílio nesse sentido porque as vezes ficava em um fila de espera que ia além de um mês até um ano, e a pessoa tendo que tratar de um problema de saúde procurava outro departamento e as mínimas coisas não eram atendidas; que nesse caso estava havendo um erro e como vereadores também deveriam se atualizar nisso; que o Vereador Jorge tinha falado no momento certo e também já iria repassar aos demais para como vereadores tomarem providências, pois assim não dava para continuar. O Vereador **NELSO** falou também sobre as estradas dizendo que ao ouvir as falas dos pares via dois pesos e duas medidas do decreto do executivo porque de um lado conforme o Vereador Sidnei tinha falado era até constrangedor ver empresas de fora virem aqui, detonarem as estradas levando a madeira embora e o município ficando com as obrigações de manter essas estradas e por outro lado, uma preocupação também de todos de como as estradas estavam atualmente lembrando um relato do Vereador Dimas de que as estradas estavam em péssimas condições e pedindo o apoio dos demais vereadores para chegarem junto ao executivo e pedir que essas estradas do transporte escolar fossem arrumadas, a situação era preocupante e o executivo no momento esperava a chegada da patrulha mecanizada para recuperar o trecho sentido Cachoeira que não deveria passar de Leonópolis até por questão das chuvas que com certeza daria bastante atrapalho para essa patrulha. Falou que de imediato o executivo teria que passar uma patrula nessa



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

estrada até Gavazone que simplesmente não dava mais condições de tráfego, principalmente de carros pequenos e se fossem ficar esperando essa patrulha em alguns dias o acesso entre municípios teria que ser fechado, pois não daria mais passagem. Como o Vereador Jorge tinha falado em relação a gestão passada da qual tinha feito parte acrescentou que tinham feito um excelente trabalho nas estradas nos três anos em que estiveram no mandato e tiveram chefes de máquinas muito competente, que estavam acompanhando o serviço dos funcionários do município; cobrando dos funcionários; porque se as coisas não estavam indo bem era ruim citar culpados mas se não tivesse comando as coisas não andavam e hoje estavam nessa situação as estradas do interior por falta de comando por que deveriam convir consigo, principalmente os vereadores do interior que estavam semanalmente pedindo através de Indicações de Serviço melhorias nas estradas e que nenhum tinha sido atendido, nem mesmo os vereadores da base do prefeito, o que era uma demanda da população pois esses vereadores não vinham aqui pedir uma estrada para si mesmos e sim para atender uma demanda da população que chegava a todos os vereadores pedindo melhorias, então, essa situação deveria ser debatida entre os pares para chegarem a algum lugar com esses debates porque a situação estava caótica no interior; as estradas estavam péssimas; já estavam quase na metade do ano e dificilmente nesse ano não se resolveria cem por cento das estradas do interior e não acreditava que se resolvesse nem a metade e mesmo com essa patrulha vindo ajudar o município não teria muito resultado; que o povo do interior estava sofrendo; a cada sessão era uma Indicação de Serviço dos vereadores e particularmente não via o maquinário do município trabalhando por onde ia no interior; que a alguns dias falava com o Vereador Sidnei sobre prioridades na administração e as vezes algumas prioridades do prefeito não era a da população no uso do maquinário, e se dirigindo ao presidente disse que o mesmo sabia bem disso. Falando isso comentou que precisavam tentar uma conversa com o executivo e ver quais eram as prioridades do município, se atender os grandes, os pequenos, ou atender o povo, por que maquinário tinha muito mais do que tinham no mandato anterior no qual as estradas eram muito boas e o presidente não lhe deixava mentir porque trabalhava direto no interior e sabia que na época do prefeito Marino as estradas eram boas com menos maquinário e com menos efetivo de pessoal, mas isso era devido ao mando nos trabalhos. O Presidente destacou que no sábado dia seis de abril tinha sido comemorado os dez anos da AMEU - Associação de Transporte Universitário; que estava junto com os universitários e recebeu uma homenagem nesse dia no qual não pode estar presente, mas gostaria de destacar a quantidade que tinha aumentado os alunos universitários nesses quatro anos tendo três ônibus que para Guarapuava e um para Irati transportando alunos universitários e de cursos técnicos e já tinham se passado dez anos dessa associação, Lembro que fizeram um trabalho aqui na casa junto com a Vereadora Sandra e o Vereador Dimas onde investigaram e auxiliaram para consertar alguns problemas que tinham na associação que no momento estava atendendo a demanda dos alunos com transparência



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

conforme o que tinha sido pedido aqui pelo vereadores. Lembrou da reunião que tiveram com o prefeito onde o Deputado Hussein Bakri disponibilizou uma emenda no valor de quinhentos mil reais em combustível para o município e em um acordo com o prefeito esse dinheiro seria destinado para pagar uma parte para os alunos e outra seria destinada a combustíveis e estava no aguardo de um projeto pelo prefeito que nessa semana não estava na cidade e no que tivesse o projeto esperavam receber essa verba que iria diminuir em, noventa e cinco reais a mensalidade dos alunos e ainda teria dinheiro para o prefeito gastar com combustíveis para arrumar as estradas que foram o debate desse dia. Registrou a ausência do Vereador Gilnelson que tinha justificado pessoalmente à presidência a sua ausência e nada mais havendo foi encerrada a sessão e convocada a próxima sessão ordinária para o dia dezesseis de abril, às dezessete horas e trinta minutos, ficando lavrada a presente ata que após lida e achada de conformidade foi assinada pelos vereadores presentes.

releu Adriano

Roberto

Silvestre Roberto

Assunção

Jair

Adilson

[Signature]